

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Pregão Eletrônico nº 041/2024 – NLC/PRES

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de transporte com mão de obra, sob demanda. Os serviços incluem a locação de veículos do tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, incluindo, às expensas da empresa contratada: motorista/conductor devidamente habilitado, mão de obra operacional (ajudante, operador de máquinas pesadas e oficial/encarregado), manutenção preventiva e corretiva de veículos e equipamentos, seguro, fornecimento de combustível para veículos e equipamentos, mobilização e desmobilização de veículos/equipamentos, ferramental operacional e empregados envolvidos nas operações para a NOVACAP, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

- 1.1. O Pregão Eletrônico nº 041/2024 – NLC/PRES teve seu edital republicado em 25 de abril de 2025, com a abertura do certame prevista para 20 de maio de 2025, às 9 horas.
- 1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de impugnação, conforme Doc. SEI/GDF nº (159901039).

2. DA TEMPESTIVIDADE

- 2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente impugnação, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. RELATO

- 3.1. Tratando-se de um aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, nos termos do Despacho (170555953).
- 3.2. Em resposta, a área técnica exarou a Manifestação 1899 (170668087)
- 3.3. Em suas razões, a empresa pugna por:

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE	DA RESPOSTA
<p>De primeiro, cumpre ressaltar que a empresa xxx, é uma empresa atuante no nosso mercado da prestação de serviços de terceirização, não somente no âmbito local, mas nacional, estando presente em mais de um Estado da Federação Brasileira.</p> <p>Como se observa dos autos, trata-se de Pregão Eletrônico n. 41/2024, onde se tem por objeto a “...contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços, sob demanda. Os serviços incluem a locação de veículos do tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, incluindo, às expensas da empresa contratada: motorista/conductor devidamente habilitado, mão de obra operacional (ajudante, operador de máquinas pesadas e oficial/encarregado), manutenção preventiva e corretiva de veículos e equipamentos, seguro, fornecimento de combustível para veículos e equipamentos, mobilização e desmobilização de veículos/equipamentos, ferramental operacional e empregados envolvidos nas operações, para a NOVACAP.”</p> <p>O pregão foi originalmente designado para o dia 12/12/2024, com a publicação do edital contendo exigências técnicas para seleção de fornecedor focadas em demonstrar a capacidade da empresa em desempenhar o objeto principal da licitação, qual seja, a prestação de serviços com dedicação de mão-de-obra.</p> <p>Entretanto, com a alteração da data do pregão para o dia 08/01/2025, houve a republicação do edital com alterações significativas nas exigências de comprovação de capacidade técnica da empresa, alterações estas que, além de focar no objeto acessório e secundário do contrato, violam manifestamente a isonomia devida na participação de todas as empresas concorrentes, configurando um indevido direcionamento do certame a um grupo restrito de empresas que não possuem a expertise necessária à execução do objeto principal do contrato.</p> <p>Assim, e conforme será demonstrado a seguir, inconsistências se encontram presentes no Edital republicado, que como certo serão reavaliadas quando da apresentação do presente ato, conforme se verá abaixo.</p> <p>II. INCONSISTÊNCIAS E ILEGALIDADE DAS ALTERAÇÕES DO EDITAL EM RELAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DE EXPERIÊNCIA E DEMONSTRAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA – DESVIRTUAMENTO DO OBJETO</p>	<p>A afirmação da impugnante de que o objeto do certame é a contratação de serviço de prestação de mão de obra continuada, na se sustenta quando analisado o texto do preâmbulo do Termo de Referência, o qual traz o seguinte enunciado:</p> <p>Contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços, sob demanda. Os serviços incluem a locação de veículos do tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, incluindo, às expensas da empresa contratada: motorista/conductor devidamente habilitado, mão de obra operacional (ajudante, operador de máquinas pesadas e oficial/encarregado), manutenção preventiva e corretiva de veículos e equipamentos, seguro, fornecimento de combustível para veículos e equipamentos, mobilização e desmobilização de veículos/equipamentos, ferramental operacional e empregados envolvidos nas operações, para a NOVACAP, conforme os termos, condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.</p> <p>Claramente observamos que os serviços que à Administração busca é a <i>"locação de veículos do tipo caminhão equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para a manutenção de vias públicas"</i>, logo, em que pese a contratação de mão de obra para operacionalização dos serviços, o cerne do certame é a locação de caminhões muito específicos, caminhões do tipo caçamba térmica, o quais pela sua</p>

PRINCIPAL – QUEBRA DA ISONOMIA E AMPLA CONCORRÊNCIA

Conforme mencionado anteriormente, e considerando o objeto do pregão a ser realizado, o edital original foi publicado com as seguintes exigências no tocante à comprovação de experiência e capacidade técnica para as empresas concorrentes:

“27. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

27.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital;

27.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital;

27.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

27.3.1. Atestado/Declaração de Visita Técnica firmado pelo representante legal e pelo técnico responsável dos serviços, expedido pelo órgão licitante, comprovando a realização de vistoria no local de execução dos serviços, dada a sua imprescindibilidade, de forma a evitar dúvidas ou alegações de desconhecimento das características estruturais e de acesso existentes, especialmente relacionadas aos tipos de instalações, equipamentos e materiais existentes

especificidade exigem equipes de profissionais para sua correta aplicação, mas que não se sobrepõem ao cerne da contratação, que versa sobre veículos e não mão de obra.

Acaso assim o fosse o preâmbulo seria o oposto do atual, qual seja: "*Contratação de empresa especializada na gestão de mão de obra, com caminhão truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios...*".

Noutro giro, todo o fundamento do Termo de Referência e da contratação foi baseada em estudo de necessidade de equipamentos para manutenção de vias, e não em contratação de pessoal, conforme pode ser observado no item 4 do TR.

Logo, resta evidente que a mão de obra no caso deste certame, é acessória ao objeto do pregão, que tem como estrela, o veículo caçamba térmica, sendo a mão de obra, elemento necessário apenas a complementar a contratação e os serviços de manutenção de vias públicas proposto pelo certame.

Para sepultar o tópico, como poderia a mão de obra ser o objeto principal do certame, **se na contratação proposta o custo de mão obra previsto é de apenas, o equivalente à aproximadamente 21,67% (vinte e um vírgula sessenta e sete por cento) da contratação?**

Se abarcarmos a tese proposta pela impugnante, à Administração estará a dizer que o serviço acessório ao objeto do certame representa mais de 78% (setenta e oito por cento) do serviço principal, um verdadeiro contrassenso a realidade operacional e a execução do futuro contrato, motivo pela qual a proposição de que o objeto principal do certame seja a contratação de serviços de mão de obra, resta refutada.

Como citado no item 2.1 desta manifestação, à alteração do item foi necessária, pois após a publicação do Edital a área técnica identificou que os itens que tratavam da comprovação de capacidade técnica da forma posta no Termo de Referência estavam em desacordo com o objeto principal do certame, o qual reiteramos versa sobre locação de veículos com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, e não contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra e/ou gestão de mão de obra terceirizada.

A manutenção da redação dos itens 27.7.4, 27.3.4.1 e 27.3.4.2 não tinha absolutamente qualquer correlação com o objeto principal do certame, que é de locação de veículos do tipo caminhão caçamba térmica, visto que as empresas especializadas na locação de veículos, caminhões e máquinas em regra não são especializadas e/ou tem como atividade principal o fornecimento de mão de obra, mas de equipamentos.

Neste sentido, **a mudança dos critérios de exigência**

e onde serão guardados os veículos, possibilitando a adequada precificação dos serviços;

27.3.2. Poderá ser adotada a Declaração de conhecimento constante do Anexo X deste Termo de Referência;

27.3.2.1. A ausência do Atestado de Visita Técnica implicará na desclassificação da empresa participante; 27.3.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, mediante

Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante prestou ou está prestando serviços objeto deste Termo de Referência;

27.3.4. O Atestado de Capacidade Técnica de que comprove (em) ter a licitante executado, prestado serviços, a contento, para órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, ou ainda, para empresa privada, serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, que comprovem:

27.3.4.1. No mínimo 50% (cinquenta por

de capacidade técnica, não teve o condão de afastar e/ou reduzir o leque de empresas participantes do certame, mas simplesmente de adequar o critério de capacitação técnica ao objeto do certame, e sobretudo, preservar o interesse da Companhia, e contratar com empresas que detenham a *expertise* na locação de caminhões com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, o que requer conhecimento técnico específico e não pode ser confundido como mera gestão de pessoal terceirizado.

Veja-se o quão necessário foi a medida, que a própria impugnante, que no primeiro parágrafo do item I da peça impugnatória se apresenta como uma "*empresa atuante no mercado de prestação de serviços de terceirização*", ou seja, destoante de ramos de empresas de engenharia e de locação de veículos e máquinas pesadas para construção civil, ao qual se assemelha o objeto do certame, pois os serviços de manutenção de vias são naturalmente executados por empresas com atuação na construção civil, com *expertise* em construção civil, visto a exigência de técnicas específicas, que não a mera gestão de pessoal, o que poderia colocar em risco os interesses da administração na contratação de empresa especializada.

Outrossim, como falar em limitação de concorrentes quando há uma infinidade de empresas cujo a atividade principal e/ou secundária atendem ao chamamento do Edital, ou são limitadas as empresas com atuação em engenharia civil e/ou locação de veículos e máquinas pesadas para aplicação na construção civil?

Por seu turno, estivesse a alteração feita nos critérios de seleção por capacidade técnica eivados dos vícios apontados, não teria a Corte de Contas, que analisou o Edital, conforme processo TCDF 00600-00001652/2021-26-e, determinado a revisão do teor do item para fornecimento de mão de obra ao invés de veículos?

Se a própria Corte de Contas convalidou o Termo de Referência de SEI 160590445 não há que se falar em desvirtuamento de ato que sobreveio para adequar as exigências de comprovação de capacidade técnica ao objeto do certame, buscando a contratação de empresa especializada no fornecimento de caminhões com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, com manutenção corretiva, preventiva, seguro, combustível, mobilização e desmobilização e mão de obra operacional inclusos.

Ademais, a revisão dos critérios de seleção do fornecedor e de capacitação técnica são atos discricionários da administração visando a melhor escolha técnica para sua necessidade, motivando à

cento) total de postos de trabalho previstos para contratação para comprovar a capacidade técnica da execução dos serviços (Acórdãos Plenário 737/2012, 827/2014, 2924/2019 - TCU);

27.3.4.2. Na mínimo 12 (doze) postos de trabalho constantes do Atestado de Capacidade Técnica, deverão ser de motoristas de linha pesada;

27.3.5. Para comprovação do quantitativo exigido no subitem

27.3.3, será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica, contudo, ao menos 01(um) deles deverá atender ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) dos postos de trabalho do lote que a licitante participar;

27.3.5.1. Cada Atestado emitido deverá corresponder a um contrato ou serviço.

27.3.6. Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos, de atuação no objeto deste Certame, ininterruptos ou não, até a data de abertura da sessão pública de Licitação

27.3.6.1. Para comprovação do quantitativo exigido no subitem

27.3.5, será aceito o somatório de

alteração proposta para o item 27, no que tange a apresentação de atestado de capacidade técnica de serviços compatíveis e similares ao objeto deste Termo de Referência, contemplando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de caminhões do objeto deste certame e, não a mão de obra acessória a execução do futuro contrato, configurando verdadeiro contrassenso a pretensão da impugnante.

Diante do exposto, e não vendo razão crível para alterar o texto do item 27.3.4 do Termo de Referência de SEI 160590445, enquanto área técnica, sugerimos a rejeição da impugnação.

Restando demonstrada a impossibilidade de acatamento dos argumentos impugnatórios, sugerimos o recebimento da impugnação, pois tempestiva, e no mérito seja declarada improcedente, visto que o objeto principal do Pregão Eletrônico n.º 041/2024 NLC/PRES (157076596), versa sobre locação de veículos do tipo caminhão com caçamba equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, e não de gestão de mão de obra, como pretende a impugnante.

Posto isto, **a área técnica entende pela total improcedência da Impugnação de SEI 159901039,** mantendo-se integralmente o texto contido no item 27.3.4 do Termo de Referência de SEI 160590445, por questões de natureza operacional, as quais para este, certame exigem comprovação de *expertise* em serviços de manutenção vias públicas, e não na gestão de pessoas.

atestados, sendo que os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

27.3.7. A licitante, caso a área técnica ou o Pregoeiro entendam necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte a contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência;”

(TEXTO COPIADO DO ARQUIVO DO PRIMEIRO EDITAL) - *Lêia-se Termo de Referência*

Da breve leitura das exigências originalmente publicadas no primeiro edital, denota-se que a comprovação técnica exigia que a licitante apresentasse atestados comprovando a prestação de serviços com no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos postos de trabalho previstos, sendo que pelo menos um dos atestados deveria cobrir 30% (trinta por cento) dos postos do lote licitado.

Ao se confrontar as exigências em tela com o objeto principal do edital, tal exigência fazia sentido, posto que a obrigação principal é a prestação de serviços de mão-de-obra, enquanto a locação de veículos configura um acessório para a execução das atividades efetivamente contratadas.

Entretanto, a partir do momento em que o edital foi republicado, as exigências em epígrafe foram indevidamente alteradas para focar na locação de veículos, desconsiderando o objeto principal do instrumento contratual, in verbis:

“DOS CRITÉRIOS
DE SELEÇÃO DO
FORNECEDOR

27.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital;

27.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital;

27.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

27.3.1.

Atestado/Declaração de Visita Técnica firmado pelo representante legal e pelo técnico responsável dos serviços, expedido pelo órgão licitante, comprovando a realização de vistoria no local de execução dos serviços, dada a sua imprescindibilidade, de forma a evitar dúvidas ou alegações de desconhecimento das características estruturais e de acesso existentes, especialmente relacionadas aos tipos de instalações, equipamentos e materiais existentes e onde serão guardados os veículos, possibilitando a adequada precificação dos serviços;

27.3.2. Poderá ser adotada a Declaração de

conhecimento constante do Anexo X deste Termo de Referência; 27.3.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, mediante Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante prestou serviços objeto deste Termo de Referência;

27.3.4. A arrematante convocada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que comprove que tenha executado, a contento, sem restrições e com qualidade, serviços compatíveis e similares ao objeto deste Termo de Referência, contemplando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de caminhões (Acórdãos Plenário 737/2012, 827/2014, 2924/2019 - TCU);

27.3.5. A arrematante poderá apresentar quantos atestados de capacidade técnica entenda necessário, os quais poderão ser somados e deverão contemplar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de caminhões do lote que apresentar a

proposta;

27.3.6. Para comprovação do quantitativo exigido no subitem

27.3.5, será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica, contudo, ao menos 01(um) deles deverá atender ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) dos caminhões do lote que a arrematante participar;

27.3.6.1. Cada Atestado emitido deverá corresponder a um contrato ou serviço.

27.3.6.2. Para comprovação do quantitativo exigido no subitem

27.3.5, será aceito o somatório de atestados, sendo que os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

27.3.7. A licitante, caso a área técnica ou o Pregoeiro entendam necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte a contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que

estas e outras
informações
complementares
poderão ser
requeridas mediante
diligência;"
(TEXTO COPIADO
DO ARQUIVO DA
REPUBLICAÇÃO
DO EDITAL) -
*Lêia-se Termo de
Referência*

Assim, ao se analisar a alteração do edital quando de sua republicação, a Administração Pública passou a solicitar atestados comprovando experiência com a locação de veículos com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade de caminhões previstos no lote licitado, o que demonstra a clara desvinculação da comprovação quanto à capacidade de gestão de mão-de-obra, essencial para a execução do objeto principal do certame do contrato.

A alteração tal como posta, além de contradizer a essência do objeto principal do contrato ao priorizar a locação de caminhões como critério técnico principal, desconsiderando a relevância da gestão de mão-de-obra, ainda esbarra na mais comezinha lição de direito administrativo, qual seja, a de não ser admissível regras no certame que, ao arrepio da legalidade, impeçam a livre concorrência.

Isso porque, as exigências descritas no edital violam não apenas os princípios constitucionais da isonomia e da livre concorrência, mas também contrariam normas legais e jurisprudenciais pertinentes e incidentes no caso em tela.

Ademais, vale trazer o enunciado do Acórdão 2441/2017-TCU-Plenário, que afirma que as cláusulas com potencial de restringir o caráter competitivo do certame devem ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios à licitação que indiquem a obrigatoriedade de inclusão de tais regras para atender às necessidades específicas do órgão, sejam de ordem técnica ou econômica.

Referido entendimento coaduno com a previsão legal, a partir do momento em que qualquer alteração nesse sentido deve estar devidamente fundamentada, inclusive com o respaldo da respectiva área técnica do órgão contratante, competente para informar se haverá ou não prejuízo à execução do objeto do contrato, o que não ocorreu no caso em tela.

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem jurisprudência consolidada no sentido de que

exigências que não se justifiquem tecnicamente para a execução do objeto da licitação ou que restrinjam o caráter competitivo do certame devem ser afastadas, como se pode observar na Súmula nº 272 do TCU:

"É vedada a exigência de requisitos que possam restringir a competitividade do certame licitatório, salvo quando estritamente necessários à garantia do cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado."

Da leitura do edital à luz do objeto do pregão está claro que o objeto principal do contrato é a prestação de serviços continuados, enquanto a locação de caminhões é um objeto acessório.

A partir dessa análise, resta demonstrado que a exigência de atestados centrados exclusivamente na locação de veículos desvirtua o objetivo da contratação, além de inviabilizar a participação de empresas qualificadas na prestação de serviços, que é o ponto central do certame a ser realizado. Não há dúvidas no sentido de que a especificação da comprovação técnica direcionada apenas à locação de veículos favorece empresas com esse perfil, gerando concorrência desleal e restringindo a participação de prestadoras de serviços.

Tais exigências como postas, além de extrapolar o necessário para aferir a capacidade técnica da empresa em executar o objeto principal, fere frontalmente o princípio da isonomia e da ampla concorrência, recepcionados expressamente pela legislação em vigor, comprometendo a própria legalidade dos termos do edital acima indicados.

É importante consignar que empresas especializadas em serviços terceirizados possuem expertise na administração de mão de obra, que é o núcleo da prestação contratual. A substituição da exigência de comprovação de postos de trabalho pela de locação de caminhões desconsidera essa realidade, colocando em risco o atendimento ao interesse público e comprometendo a própria execução do instrumento contratual a ser celebrado.

A ausência de comprovação de experiência na gestão de mão-de-obra pode comprometer a qualidade dos serviços prestados. Empresas que não dominam essa administração tendem a enfrentar dificuldades, gerando falhas na execução contratual e prejuízos ao erário.

As exigências de qualificação técnica devem ser proporcionais e voltadas à garantia de que as empresas licitantes tenham condições mínimas de cumprir o objeto contratual. No caso em questão, a alteração promovida pelo edital republicado desvirtua o foco da licitação, privilegiando um

aspecto acessório em detrimento do principal, violando princípios fundamentais da administração pública.

Assim, os argumentos apresentados no presente instrumento, como certo, não possuem o condão de impedir o certame, mas sim adequar o mesmo a legalidade. O festejado e Saudoso Professor Hely Lopes Meireles, in *Licitação e Contratos Administrativos*, editora Revista dos Tribunais, 9a edição, 1990, pág. 21, preleciona que são princípios irrelevantes do procedimento licitatório: “procedimento formal; publicidade de seus atos; isonomia entre os licitantes; vinculação ao Edital ou convite; julgamento objetivo e adjudicação compulsória ao vencedor”. Segundo o Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua obra “Curso de Direito Administrativo”, Malheiros Editores, 6a edição, 1995, pág.54, discorrendo sobre o Princípio da Razoabilidade, dispõe que:

“Pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e, portanto jurisdicionalmente inválidas – as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez, e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada. Com efeito, o fato de a lei conferir aos administrados certa liberdade (margem de discricção) significa que lhe deferiu o encargo de adotar, ante a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada a cada qual delas. Não significa, como é evidente, que lhe haja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo de seu libito, de seus humores, paixões pessoais, excentricidades ou critérios personalíssimos e muito menos significa que liberou a Administração para manipular a regra de direito de maneira a sacar dela efeitos não pretendidos nem assumidos pela lei aplicada.”

Ante todo o exposto, e confiando em uma decisão justa e legal a ser produzida, requer-se que o edital seja retificado para restabelecer as exigências técnicas relacionadas à gestão de mão de obra, conforme sua relevância para o objeto do contrato. Tal medida é indispensável para garantir a isonomia e a eficácia da contratação, preservando o interesse público e a ampla concorrência, nos termos da legislação vigente.

3.4. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, a área técnica concluiu pelo **não**

acolhimento da impugnação.

4.2. A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP), e www.licitacoes-e.com.br (Banco do Brasil).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 15/05/2025, às 10:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **170816657** código CRC= **160A607A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00009343/2024-85

Doc. SEI/GDF 170816657